

Águas e Energia do Porto, E.M.
NIF: 507718666
Rua Barão de Nova Sintra, 285
Apartado 3504 | 4300-367 Porto
Tel. +351 22 519 08 00
Fax: +351 22 519 05 50
geral@aguasdoporto.pt
www.aguasdoporto.pt



Programa de Concurso



Aluguer Operacional de Veículos Automóveis Ligeiros

CONCURSO PÚBLICO N.º 018CP23

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º **Entidade Adjudicante**

CMPEAE - EMPRESA DE ÁGUAS E ENERGIA DO MUNICIPIO DO PORTO, E.M., abreviadamente denominada por Águas e Energia do Porto E.M., sita na rua Barão de Nova Sintra, 285, Porto, Pessoa Coletiva n.º 507718666, matriculada na Primeira Conservatória do Registo Comercial do Porto.

Artigo 2.º **Decisão de contratar**

Por despacho da Senhora Administradora Executiva da Águas e Energia do Porto, E.M., datado de 22/02/2023.

Artigo 3.º **Plataforma eletrónica**

- 1 - O procedimento decorre na Plataforma Eletrónica Acingov, em <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/>, onde devem ser apresentados as propostas, submetidos os relatórios preliminar e final, solicitadas as pronúncias e pedidos de esclarecimento, e respetivos documentos de habilitação, assim como todas as notificações do procedimento, minuta e contrato.
- 2 - Todos os documentos que devam ser emitidos pelo concorrente, deverão ser assinados eletronicamente, com certificado válido, pelo mesmo ou por quem tenha poderes para o obrigar, devendo ser comprovada esta qualidade, ao abrigo da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

Artigo 4.º **Esclarecimentos e erros e omissões**

- 1 - Quaisquer esclarecimentos ou erros e omissões relativamente a este Programa de Concurso e ao Caderno de Encargos em anexo, deverão ser solicitados, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas, nos termos do número 1 do artigo 50.º do CCP.
- 2 - Em regra, as respostas aos pedidos de esclarecimento e listas de erros e omissões apresentados pelos interessados terão lugar até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou, se tal prazo não for observado, excecionalmente serão prestadas nos termos e com as consequências previstas no artigo 64.º do CCP.
- 3 - De acordo com a alínea a) do número 5 do artigo 50.º do CCP, compete ao responsável pela apreciação da proposta responder aos pedidos de esclarecimentos apresentados, desde que as referidas respostas não impliquem alterações às peças de procedimento.



4 - Compete órgão identificado no artigo 2.º do presente Programa de Concurso responder a todas as demais situações não incluídas no número anterior, o órgão competente pela Decisão de Contratar, deve responder a todas as demais situações, não incluídas no número anterior.

5 - O prazo definido no número 2 do presente artigo pode ser alterado nas disposições particulares deste Programa de Concurso, nos termos da alínea a) do número 5 do artigo 50.º do CCP.

6 - De acordo com o número 2 do artigo 50.º do CCP, consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
- d) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.

7 - A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do número anterior e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

8 - O incumprimento do dever de identificar erros e omissões a que se referem os números anteriores tem a consequência prevista no número 3 do artigo 378.º do CCP.

Artigo 5.º **Modo de apresentação da proposta**

1 - Os documentos são obrigatoriamente redigidos na língua portuguesa, e serão apresentados no original ou em cópia simples, conforme estabelecido no artigo 58.º do CCP.

2 - Os documentos a que se refere o número 3 do artigo 57.º do CCP poderão ser redigidos em língua estrangeira, se assim for admissível nos termos do artigo 11.º do presente Programa de Concurso.

Artigo 6.º **Documentos de habilitação do adjudicatário**

1 - O adjudicatário deverá apresentar os documentos de habilitação exigidos nas alíneas seguintes no prazo de **5 (cinco)** dias úteis a contar da data de notificação da adjudicação:



a) Declaração emitida conforme o modelo a que se refere a alínea a) do número 1 do artigo 81.º do CCP, de acordo com o seu Anexo II;

b) Documentos comprovativos em como não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do CCP:

i) Registo criminal para efeitos de contratação pública, da empresa, do(s) titular(es) dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência;

ii) Certidão da Conservatória do Registo Comercial (Código de acesso à Certidão Permanente);

iii) Declaração da situação regularizada relativamente às contribuições para a Segurança Social;

iv) Declaração da situação regularizada relativamente aos impostos perante o estado.

c) Identificação (nome completo, n.º do cartão de cidadão) do (s) representante(s) que irá(ão) outorgar o contrato em nome da Empresa de acordo com o estabelecido na Certidão Permanente, devendo também, ser mencionado se o(s) representante(s) dispõe(m) de certificado válido para assinar digitalmente o contrato;

d) Documento comprovativo da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução do objeto do presente contrato, de acordo com o estabelecido pelo artigo 2.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, nomeadamente alvará para o exercício da atividade de aluguer de veículos de passageiros sem condutor e alvará para o exercício da atividade de aluguer de veículos de mercadorias sem condutor, ambos emitidos pelo IMTT;

2 - Quando se verificarem as situações previstas no número 1 do artigo 86.º do CCP, por facto que não seja imputável ao adjudicatário, será concedido o prazo adicional e no máximo de 5 (cinco) dias, para apresentação dos documentos de habilitação, nos termos do número 3 do mesmo disposto legal.

3 - Os documentos de habilitação devem cumprir o estabelecido na referida Portaria n.º 372/2017.

4 - O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos na alínea b) do número 1 do artigo 81.º do CCP se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.

Artigo 7.º **Recurso ao Ajuste Direto**

De acordo com o estabelecido na alínea q) do número 1 do artigo 132.º do CCP, a entidade adjudicante reserva-se no direito de recorrer ao Ajuste Direto, nos termos do disposto na alínea



a) do número 1 do artigo 25.º ou nos termos do disposto na alínea a) do número 1 do artigo 27.º do mesmo disposto legal, quando for o caso.

Artigo 8.º **Casos omissos e legislação aplicável**

1 - Para todas as matérias não expressamente reguladas relativas ao presente procedimento, observar-se-á o disposto no CCP e demais legislação aplicável.

2 - Nos termos do Regulamento UE 2016/679, de 27 de abril (RGPD), na sua última redação e demais legislação aplicável, os dados pessoais que tenham de ser recolhidos no âmbito do presente procedimento estão sujeitos à Política de Proteção de Dados Pessoais definida pela entidade adjudicante, que pode ser consultada em www.aguasdoporto.pt.

DISPOSIÇÕES PARTICULARES

Artigo 9.º **Objeto**

O presente procedimento tem por objeto o aluguer operacional de veículos automóveis ligeiros, nos termos e condições do Caderno de Encargos anexo.

Artigo 10.º **Critério de adjudicação**

1 - O critério de adjudicação será o da proposta economicamente mais vantajosa, **na modalidade monofator**, de acordo com o qual o critério de adjudicação é densificado por um correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, o preço.

2 - Em caso de empate o critério de desempate será:

- 1.º Desconto financeiro a pronto pagamento (até ao máximo de 2%);
- 2.º Desconto financeiro para pagamento a 30 dias (até ao máximo de 1%);
- 3.º Pequenas e médias empresas, por ordem crescente da categoria das empresas.

3 - Caso sejam apresentados descontos financeiros superiores aos máximos admitidos (1% para pagamentos a 30 dias e 2% para pronto pagamento), serão considerados os limites máximos identificados anteriormente.

4. Caso o empate se mantenha, depois de aplicado o critério referido no número 2, proceder-se-á ao desempate através da realização de um sorteio, presencial, nos seguintes termos:

- a) A data, hora e local do sorteio a realizar serão notificados aos concorrentes, com uma antecedência mínima de 48 horas, e realizar-se-á na presença de um ou mais elementos do Júri, após o termo do prazo para o exercício do direito de audiência prévia.



- b) Os concorrentes que queiram comparecer ao sorteio devem fazer-se acompanhar da respetiva credencial que lhes confira poderes de representação, sob pena de se considerarem como ausentes, não podendo participar ativamente no sorteio.
- c) A ordenação das propostas será fixada pela ordem de extração de bolas numeradas. Será adjudicada a proposta sorteada em 1º lugar;
- d) A seriação dos concorrentes, para efeitos de retirar a bola, será realizada através do mesmo sistema de bolas, sendo a sua ordem de acordo com o previsto na alínea anterior.
- e) Os concorrentes que não compareçam ao sorteio, nem se façam representar legalmente, para efeitos de retirar a bola prevista em c), serão posicionados nos lugares subsequentes ao sorteio previsto em d), sendo a sua ordem determinada pela maior pontuação obtida através de um lance de dois dados efetuado por um dos elementos do Júri.

Artigo 11.º Documentos da proposta

A proposta a apresentar pelos concorrentes deverá conter os seguintes documentos:

- a) Declaração do concorrente, de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos em anexo, elaborada em conformidade com o Anexo a que se refere a alínea a) do número 1 do artigo 57.º do CCP, disponível para preenchimento na Plataforma Eletrónica.
- b) Proposta técnica, onde constem os seguintes elementos:
 - i) Descrição, catálogo e ficha técnica das viaturas propostas;
 - ii) Condições técnicas e particulares do aluguer.
- c) Proposta financeira devendo:
 - i) Mencionar-se expressamente que ao preço total acresce o IVA à taxa legal em vigor. O preço total será indicado em algarismos e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência.
 - ii) Ser apresentada de acordo com a seguinte tabela:

Designação	Quantidade	Unidade	Preço Unitário* mensal por viatura	Preço Unitário* mensal* para as viaturas pretendidas	Preço Total* viaturas p/ 6 meses
Aluguer Operacional – tipo A	6	Mês			



Designação	Quantidade	Unidade	Preço Unitário* mensal por viatura	Preço Unitário mensal* para as viaturas pretendidas	Preço Total* viaturas p/ 6 meses
4 viaturas					
Aluguer Operacional – tipo B 1 viatura	6	Mês			
Aluguer Operacional – tipo C 5 viaturas	6	Mês			
Aluguer Operacional – tipo D 1 viatura	6	Mês			
		Total			

Os interessados podem apresentar descontos para condições de pagamento a 30 dias ou Pronto Pagamento, a contar da data de receção da fatura na Águas e Energia do Porto.

Devendo ser considerados os seguintes limites:

- 1.º Desconto financeiro a pronto pagamento (até ao máximo de 2%);
- 2.º Desconto financeiro para pagamento a 30 dias (até ao máximo de 1%).

d) Outros documentos que possam ser considerados relevantes para melhor avaliação da proposta.

Artigo 12.º **Garantia do cumprimento das obrigações contratuais**

Não aplicável

Artigo 13.º **Prazo da obrigação de manutenção das propostas**

Decorrido o prazo de **66** (sessenta e seis) dias, contados, nos termos do artigo 470.º CCP, cessa, para o concorrente que não haja recebido comunicação de lhe haver sido adjudicado o presente procedimento, a obrigação de manter a respetiva proposta.

Artigo 14.º **Propostas variantes**

Não serão admitidas a apresentação de propostas variantes.

Artigo 15.º **Data-limite para a apresentação da proposta**

A proposta deverá ser apresentada até às 17:00 horas do 6 (seis) dia a contar da data do envio do convite.



Artigo 16.º **Documentos de habilitação especiais**

Não aplicável.

Artigo 17.º **Lotes**

Não aplicável.

Artigo 18.º **Preço Anormalmente Baixo**

Não aplicável.

Artigo 19.º **Adjudicação acima do preço base**

Não aplicável.

